

A (im)pertinência da poesia portuguesa de agora¹

“Comme si je n’avais rien vu. Du début à la fin, je n’avais qu’un trou dans la mémoire”.

Georges Bataille

Para compreendermos alguma da poesia portuguesa das últimas décadas, invocamos um tema mais antigo, com origem na elegia de Hölderlin, “Pão e Vinho”, em que o poeta pergunta: “Para quê poetas num tempo de indigência?”. Se Hölderlin anunciava, com inquietação, um mundo de onde os deuses se tinham afastado, na actualidade, a poesia já não tem como pano de fundo o poeta enquanto figura de um absoluto literário e parece fadada a um determinismo da praxis: o lugar cada vez mais reduzido das colecções de poesia nas editoras em comparação com o romance; a falta de leitores; a suspeita de ser uma arte extemporânea num mundo vocacionado para as regras do mercado.

Mas até que ponto estes indícios de amargura fazem ecoar os gestos poéticos mais recentes? Tomando como marco a edição de poesia depois de 2000, verificamos uma proliferação efervescente de poetas e de poéticas que surgem e alimentam novos meios de divulgação, novas editoras e revistas. Para onde caminham estas vozes? Como ponderar estas inquietações que assombram ao mesmo tempo que procuram legitimar autores e obras? Como pensar as várias poéticas sem cair numa sintomatologia que exige um diagnóstico? Isto é, como situarmo-nos entre crítica e clínica, entre exaustão e exaustividade?

Perante o esplendor e a “glória da quantidade” que os *tops* de vendas celebram, a autonomia da poesia é posta em causa, a sua (im)pertinência ajustada às leis do mercado. A independência da arte inaugurada pelo romantismo alemão, as suas potências criadoras vêm-se hoje rebaixadas perante a autoridade da evidência. Como resistir ao senso comum? Como responder à suspeita de que a força da poesia

¹ Nesta apresentação feita a duas mãos que escrevem em diferentes espaços, convivem a grafia portuguesa e a brasileira.

modernista ou da poesia de 61 já não é nem nunca voltará a ser possível? O que fazer diante do poder da arbitrariedade, dos erros e das perversidades de certos “agitadores de gosto”? Como acreditar na hipótese de resposta, como tentar esboçar um mapa do estado da poesia portuguesa de agora sem capitular num exercício de ilusão e de ideologia?

Se é certo que a escrita sempre pressupôs leitura(s), com o domínio do *on-line*, os blogues e as redes sociais, vivemos tempos disruptivos relativamente a toda uma tradição de trabalho centrada na produção em si e não tanto na recepção. Nesse sentido, será que as vozes sucumbem sempre, por aproximação ou repúdio, às imagens e representações que lhes são devolvidas? Haverá uma ansiedade de produzir mais e mais urgentemente e com menos caracteres para responder a “exigências de mercado”? Ter-se-á conferido tamanha autoridade ao leitor e ao crítico que só existe o que tem leitura pública/publicada?

A política da poesia não é aquela dos poetas e dos seus *engagements*. Ela já não diz respeito à maneira como eles representam as estruturas sociais ou as lutas políticas. A expressão “políticas da poesia” supõe uma ligação específica entre a política como forma da prática colectiva e a poesia enquanto regime historicamente determinado da arte de escrever.

Será possível esboçar uma política da poesia no âmbito de uma política das artes?

É difícil tentar responder a estas questões sem ampliar ainda mais as dúvidas.

Esboçar um mapa da poesia portuguesa de agora, através de categorias, conceitos, de maneira a organizar com eles, se não um discurso de conhecimento, ao menos um percurso “turístico”, isto é, um discurso que sai do curso do saber para empreender uma breve *ex-cursão* pela configuração da poesia do momento em português – daquilo que alguns se apressam por anunciar como profícuo enquanto que, a seu respeito, outros insistem em constatar o óbito – é o objectivo inocente de quem se atreve com alguma coragem de estar deste lado das palavras.

Em 1968, Roland Barthes, numa passagem de *Le bruissement de la langue*, fazendo eco ao texto foucaultiano, *La mort de l’auteur*, deixa-nos um aviso: “o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do Autor”². Neste sentido, a literatura,

2 cf. Roland Barthes, in *Le bruissement de la langue*, Paris, Seuil, 1984, tradução de António Gonçalves, *O rumor da língua*, Lisboa, Edições 70.

enquanto jogo autónomo da linguagem, vem alojar-se aí onde o homem desaparece. Ao contrário do desígnio anunciado por Barthes, fomos assistindo, nos últimos (vamos dizer 15) anos, a uma comédia involuntária de autores que, aí onde a obra não chega, preferem enviar o corpo. Valorizam-se as feiras literárias aliadas a uma política de promoção de pacotes editoriais visando o sucesso de vendas do autor e sua obra. Por trás dessas ações, os agentes livreiros que legitimam o valor das escolhas feitas e animadamente oferecidas ao público leitor, em meio à publicidade e gestos mediáticos de gosto duvidoso.

No entanto, o público das feiras, dos festivais, é inconstante e facilmente seduzido pelo que explode nas redes sociais, comentado e motivado por uma máquina de marketing implacável. O público, esse substantivo indeterminado, deseja sempre novidades, conhecer não os textos, mas os autores que os criaram, ouvir suas confissões íntimas, saborear seus segredos de criação ou partilhar as ideias previsíveis que acalmam os sentidos.

Diante deste espectáculo de variedades, um tanto contrariados, perguntamos: de que modo, a instituição literária – que levou tantos séculos a conquistar a sua autonomia, que se gere por instâncias internas de legitimação – convive, hoje, com os mais aparatosos protocolos de celebração pública das obras?

Há já mais de um século, numa carta de 15 de Janeiro de 1879, dirigida a Guy de Maupassant, Flaubert parece já ter encontrado uma resposta, acabando a sua remessa com a seguinte sentença: “Les honneurs déshonorent ;/ Le titre dégrade ;/ La fonction abrutit./ Écrivez ça sur les murs.”³

“As honras desonram”: por detrás desta tensão de sentido, reside o peso de oposições tradicionais, entre romantismo e realismo, entre arte pura e arte “engagé”, entre o tempo controlado do Cronos e o tempo Aiôn, o tempo do acontecimento. A política da literatura anula este género de oposições da mesma maneira que a assim chamada “arte pela arte” suspendia as funções comunicativas da linguagem e as hierarquias analógicas do universo representativo. Trata-se, na verdade, do mesmo processo de emancipação que torna a literatura autónoma e que faz da sua expressão, não um “engajamento político” no sentido sartreano da expressão, mas uma “partilha do sensível”, para assim retomar o conceito de Jacques Rancière. O

³ Gustave Flaubert, *Correspondance*. Nouvelle ed. augmented. 1- serie., Paris, L. Conard, 1926-33, p. 185.

livro sobre o nada, de que estava a falar Flaubert, anuncia a democratização da arte e isso pode significar estarmos preparados para desistir de qualquer forma de mensagem.

A originalidade de uma obra, a sua consagração e os mecanismos políticos e disciplinares que impõem as regras de legitimação de uma literatura e da língua em que ela é produzida são questões que exigem um estudo aprofundado que não cabe aqui desenvolver. Assumindo a dificuldade inerente a todo exercício de reflexão sobre literatura e sem pretender instituir algum cânone ou hierarquia, perguntamo-nos: se um novo autor ou obra aparecerem, como daremos nós, leitores leigos ou profissionais, conta dessa singularidade?

A questão da novidade da obra de arte tem sido sempre um ponto sensível ao longo da história e foram precisos vários atentados à ordem da representação para que a ideia de novidade absoluta ganhe o seu território lícito. Mas se a questão que nos deveria interessar é saber como dar conta do novo numa obra literária, a preocupação com a novidade naquilo que seria a “poesia portuguesa de agora” parece ser outra. Novas são, já nem tanto as visões do mundo que as obras inventam, mas as figuras dos seus autores. Para cada novidade editorial, nova cara e, se possível, uma cara nova, isto é, um rosto jovem. E perguntamos o que seria de um Saramago, hoje, em dia? Como sabemos, Saramago (n. 1922), tem 55 anos quando começa a ser reconhecido como escritor, na sequência da publicação do seu romance *Manual de pintura e caligrafia* (1977), depois de uma primeira tentativa, mais ou menos frustrada, *Terra do pecado* (1947).

A velocidade da rotação dos livros nas livrarias (uma realidade exigida pela febre contínua do mercado) faz com que os meios enterrem constantemente os corpos com a mesma velocidade com que construíram as suas estátuas. Os novíssimos mal atingem os cumes da glória e já são imediatamente reduzidos a escombros.

O tempo verbal dos poetas de hoje seria, não o futuro simples, mas o futuro anterior. O futuro anterior refere-se a acções que irão acontecer no futuro, mas que descrevemos como já acabadas. Pois já sabemos, exigimos aos nossos poetas que venham todos *novíssimos* em folha, todos absolutamente originais, e, no entanto, todos nascem mortos.

Olhar de frente “a poesia de agora” e assim diagnosticar os sintomas da produção do presente ou do presente da sua produção é, certamente, um exercício pretensioso pois não podemos falar dela, analisá-la, denunciar os seus clichés, sem

uma presunção de inteligência, sem cairmos nos engenhos da ideologia, sem manifestarmos, em definitivo, a nossa dose de ignorância.

Os autores que responderam à nossa chamada buscaram responder a esse desafio e apresentaram modos de ler a poesia portuguesa ou africana recente ou não tão recente assim, promovendo encontros inesperados ou evidenciando desencontros provocativos.

Sergio Manuel Valadas das Neves, em *Fado canhoto: Herberto Helder e Carlos do Carmo em matéria de voz*, convoca as últimas produções do poeta e do cantor para uni-las nesta (i)materialidade que emana do corpo (escrita) e a ele retorna (audição) ou, como compreende o analista, “*Poemas canhotos e E ainda...* podem ser vistos como títulos afins, lembrando ainda a pertinência de uma poesia impertinente ou de um fado insurrecto, que contra a morte lutam e revivem.” Mariana Nascimento nos traz Alberto Pimenta em *A matéria do tempo poético*, valendo-se principalmente de um modo de ler partilhado com Silvina Rodrigues Lopes a respeito da resistência que a matéria da poesia provoca. A autora do artigo, ao escrever que “Os poemas de Alberto Pimenta pertencem a esta categoria de objectos que “minam secretamente a linguagem” (citando Lopes): é pela sua dispersão do sentido que se descobre um sentido que funciona deixando resíduos.”, enfrenta a reconfiguração do tempo promovida pela escrita do poeta, sempre disruptiva e em atrito com a linguagem para evidenciar de outra forma sua densidade. Já Renato Cândido da Silva e Orlando Luiz de Araújo tratam da novela-poema *Os velhos também querem viver*, de Gonçalo M. Tavares, discutindo seu dialogismo clássico ao retomar a reescritura da tragédia grega *Alceste* (c. 438 a. C), de Eurípides (c. 480-406 a. C), mas sobretudo o modo como se constitui a figura do narrador caracterizado pelos autores como um “narrador intruso” por interromper pela ironia os valores míticos e heróicos trazidos para o contexto da Guerra de Seravejo, na década de noventa do século passado.

A experiência do corpo na poética de José Tolentino Mendonça motiva Ana Claudia dos Santos a propor uma leitura que une o corpo-emoção com o corpo-poema. Ao analisar detidamente dois poemas do livro *Teoria da Fronteira* (2017), reflete sobre a experiência da linguagem e a experiência do corpo, numa poética produzida por um poeta que é também um religioso. Ao invés da esperada valorização espiritual, o poeta reafirma os sentidos do corpo para nossa ligação com o mundo e com o divino.

Do corpo feminino na poesia de Sónia Sultuane trata Joranaide Alves Ramos e Savio Roberto Fonseca de Freitas, observando “uma incorporação tão íntima entre o ser humano e a Natureza que, não raro, o corpo feminino é, também, terra, água, floresta, o Universo, alterando, em certa medida, as reproduções tradicionais requeridas pelas sociedades patriarcais, apesar de ainda baseadas no essencialismo.” Analisando a poética dessa autora moçambicana, os autores buscam defender a representação ecofeminista de sua escrita a partir da “ecosofia de Guattari” (2012, p. 8), que parte dos três registros ecológicos, “o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana”. A poética de Sónia Sultuane, manifestamente erótica, faz ver sua singularidade ao retomar o animismo presente na cultura africana para confrontar criticamente “as ligações antiecológicas patriarcais, coloniais e capitalistas, naturalizadas, que sustentam experiências desiguais e discriminatórias.”

No texto de Paulo Alberto da Silva Sales vamos ao encontro de uma outra poeta, portuguesa mas radicada nos Estados Unidos, Patrícia Lino. O autor estuda os modos contemporâneos de criação poética, ou seja, como “alguns poetas têm articulado diversas formas de transliterações poéticas por meio de montagens sonoras e musicais, bem como através de vídeos-poemas e de poemas-performances.”. Por isso, destaca livros dessa jovem poeta, cujos “objetos-livros” têm provocado debates sobre ideias de originalidade, montagem e apropriação na poesia portuguesa mais recente e questionado linguagens e valores fossilizados. Nos livros especificamente discutidos no artigo, Paulo Sales assinala que “o multilinguismo e o entrecruzamento de culturas de diferentes países marcam o caráter de um tipo de poesia globalizada, que é pensada para além das fronteiras”.

O dossiê se fecha, provisoriamente, como deve ser nesses modos de ler poesia, com o artigo de Ícaro Carvalho e Bianca Mayer, intitulado *Variações sobre a Saudade (2022): traços da dobra barroca enquanto ato de invenção*, no qual retorna o interesse pela escrita de Patrícia Lino, que, nesse livro *Variações sobre a Saudade (2022)*, “constrói, a partir de poemas sobre saudade escritos por poetas portugueses, trinta e nove variações visuais e audiovisuais.”. Analisam-se os modos como a poeta movimenta os códigos da saudade, retomando-os para deslocamento, ruptura e implosão, provocando o seu leitor de perspectiva contemporânea da arte a participar do jogo de repetição e diferença (Deleuze) ou de dobras infinitas por meio de “múltiplos formatos – som, imagem, movimento, instagram, twitter, facebook.”

O dossiê, portanto, permite pensar alguma poesia portuguesa ou feita em língua portuguesa na sua relação (im)pertinente com sua matéria e seu tempo, provocando modos de ler resistentes e disruptores em relação a linguagens já codificadas ou impostas.

Para além do Dossiê, a seção *Vária* reúne quatro artigos voltados para a narrativa. Em *A revolução dos bichos: alegoria em metaficção historiográfica*, suas autoras, Déborah Ulian Mendes e Aurora Gedra Ruiz Alvarez, retomam George Orwell no romance *A revolução dos bichos*, descrevendo seu processo alegórico e sua consequência no modo histórico de compreender tal obra. Já João Batista Pereira e Málini de Figueiredo Ferraz, em *Desventuras do feminino em A filha perdida, de Elena Ferrante*, discutem o conceito de “maternagem”, ou seja, “a representação das personas de mãe, mulher e filha no romance enseja entender o conceito de maternidade sob a permanente dicotomia mantida entre poder e opressão, autorrealização e sacrifício.” Em *As evidências de ciúme e traição em “O Túnel”, de Ernesto Sábato*, Anderson de Carvalho Pereira, estuda essa narrativa do escritor argentino publicado em 1942, que “mistura amor, sexo, morte em um cenário típico da burguesia da Buenos Aires dos anos 1940 em que a centralidade da narrativa da perspectiva do homem narrador ganha fôlego e se desloca para o viés dos reveses da mudança de atitudes e comportamentos diante da figura feminina.” O articulista dedica-se a expor detalhadamente “o jogo de perspectivas” que provoca “um jogo de hipóteses a partir do narrador”.

Este número encerra com o artigo intitulado *Feminismo decolonial em Teresa Cárdenas e Miriam Alves*, de autoria de Flávia Andrea Rodrigues Benfatti. Ao estudar a escrita de duas escritoras negras latinas, uma de Cuba e outra do Brasil, buscar demonstrar como essas autoras “exemplificam um projeto decolonial ao apontarem um lado combativo dos preconceitos, valorizando sua origem e seus corpos negros.”

Esperamos, portanto, com esse Dossiê sobre poesia e esses artigos de *Vária*, estimular o leitor a olhar de frente a literatura contemporânea e a reencontrar outros tempos de escrita com a mesma vontade de questionamento e de insubmissão de leitura, pois não se trata de encontrar soluções por meio da criação literária mas de, por meio dela, não cessar de fazer perguntas (im)pertinentes.

Ida Alves
Universidade Federal Fluminense